Iniciação ao Direito do Trabalho

AMAURI MASCARO NASCIMENTO — *Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Sócio fundador do Instituto Ítalo-brasileiro de Direito do Trabalho. Acadêmico Titular da Cadeira n. 30 da Academia Paulista de Direito. Do Instituto de Direito Social. Do Instituto de Direito do Trabalho. Presidente Honorário da Academia Nacional de Direito do Trabalho. Do Instituto Latino-Americano de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social. Do Centro Latino-Americano de Direito Processual do Trabalho. Professor Emérito e Aposentado Titular de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Ex-conselheiro da OAB/SP. Juiz do Trabalho aposentado. Ex-promotor de Justiça. Membro da Academia Ibero-Americana de Direito do Trabalho e de Segurança Social. Diretor Jurídico do Sindicato das Sociedades de Advogados de São Paulo.*

SÔNIA MASCARO NASCIMENTO *— Mestre e Doutora em Direito do Trabalho pela Universidade de São Paulo. Membro do Instituto Ítalo-Brasileiro de Direito do Trabalho. Advogada e Consultora Trabalhista. Diretora Acadêmica do Núcleo Mascaro — educação em direito. Ex-conselheira da OAB/SP. Ex-presidente da Comissão Trabalhista da OAB/SP. Ex-conselheira da Comissão de Prerrogativas da OAB/SP. Professora Universitária. Autora de diversos livros e artigos. Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região. Membro da Academia Brasileira de Direito do Trabalho.*

1ª edição — 1973
2ª edição — 1974
2ª edição — 1975 2ª tiragem
2ª edição — 1977 3ª tiragem
4ª edição — 1979
5ª edição — 1980
6ª edição — 1980
7ª edição — 1981
8ª edição — 1982
8ª edição — 1982 2ª tiragem
9ª edição — 1983
10ª edição — 1984
11ª edição — 1985
12ª edição — 1986
13ª edição — 1987
13ª edição — 1987 2ª tiragem
13ª edição — 1988 3ª tiragem
14ª edição — 1989
14ª edição — 1989 2ª tiragem
14ª edição — 1989 3ª tiragem
15ª edição — 1990
15ª edição — 1990 2ª tiragem
16ª edição — 1991
17ª edição — 1991
18ª edição — 1992
18ª edição — 1992 2ª tiragem
18ª edição — 1992 3ª tiragem
19ª edição — 1993
20ª edição — 1993
21ª edição — 1994
21ª edição — 1995 2ª tiragem
22ª edição — 1996
23ª edição — 1997
23ª edição — 1997 2ª tiragem
24ª edição — 1998
24ª edição — 1998 2ª tiragem
25ª edição — 1999
25ª edição — 1999 2ª tiragem
26ª edição — 2000
26ª edição — 2000 2ª tiragem
26ª edição — 2000 3ª tiragem
27ª edição — 2001
27ª edição — 2001 2ª tiragem
27ª edição — 2001 3ª tiragem
28ª edição — 2002
29ª edição — 2003
29ª edição — 2003 2ª tiragem
30ª edição — 2004
31ª edição — 2005
32ª edição — 2006
33ª edição — 2007
34ª edição — 2009
35ª edição — 2009
35ª edição — 2010
36ª edição — 2011
36ª edição — 2011 2ª tiragem
37ª edição — 2012
38ª edição — 2013
39ª edição — 2014
40ª edição — 2015
41ª edição — 2018
42ª edição — 2019

Amauri Mascaro Nascimento
Sônia Mascaro Nascimento

Iniciação ao Direito do Trabalho

42ª edição

LTr®

EDITORA LTDA.
© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571
CEP 01224-003
São Paulo, SP — Brasil
Fone (11) 2167-1101
www.ltr.com.br
Junho, 2019

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: R. P. TIEZZI
Projeto de Capa: FABIO GIGLIO
Impressão: FORMA CERTA

Versão impressa — LTr 6203.6 — ISBN 978-85-361-9998-6
Versão digital — LTr 9571.2 — ISBN 978-85-301-0043-8

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Nascimento, Amauri Mascaro

Iniciação ao direito do trabalho / Amauri Mascaro Nascimento, Sônia Mascaro Nascimento — 42. ed. — São Paulo : LTr, 2019.

Bibliografia

ISBN 978-85-361-9998-6

1. Direito do trabalho 2. Direito do trabalho — Brasil I. Nascimento, Sônia Mascaro. II. Título.

19-25420 CDU-34:331

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito do trabalho 34:331
Cibele Maria Dias — Bibliotecária — CRB-8/9427

Índice Sistemático

Abreviaturas e Siglas 41

Apresentação 45

Primeira Parte
Suportes Históricos e Dogmáticos do Direito do Trabalho

Capítulo I. História Geral do Direito do Trabalho

1. Sociedade pré-industrial 49

A — Escravidão 49

B — Corporações de ofício 49

C — Locação 50

2. Sociedade industrial e trabalho assalariado 50

A — Aspectos econômicos 50

B — Aspectos políticos 50

C — Aspectos jurídicos 51

D — A ideia de justiça social 51

3. Primeiras leis trabalhistas 51

A — Forma e fins 51

B — Constitucionalismo social 51

C — Constituição do México (1917) 51

D — Constituição da Alemanha (1919) 52

E — *Carta del Lavoro* (1927) 52

F — Primeiros destinatários das leis trabalhistas 52

4. História contemporânea 52

5. A sociedade pós-industrial 53

6. O direito do trabalho do século XXI 54

7. Temas para pesquisa 55

Capítulo II. História do Direito do Trabalho no Brasil

1. Fatores influentes 56

A — Influências externas 56

B — Influências internas 56

2. Leis principais 56

A — Constituições brasileiras 56

B — Primeiras leis ordinárias 57

3. Consolidação das Leis do Trabalho — CLT 58

A — Características 58

B — Significado 58

4. Leis posteriores 58

5. Constituição de 1988 59

A — Assembleia Nacional Constituinte 59

B — Diretrizes 59

C — Regras gerais e específicas 60

D — Regulamentação 61

E — Desenvolvimento do direito coletivo 61

6. Efeitos do desemprego 61

7. Os três grupos de leis 63

8. As reformas do governo Lula 64

9. O período posterior 65

10. A reforma trabalhista do governo Temer 65

A — Sinopse 65

B — Vigência e aplicação 76

11. Temas para pesquisa 76

Capítulo III. Definição do Direito do Trabalho, Divisão e Organização do Curso

1. Definições de direito do trabalho 77

A — Definições subjetivistas 77

B — Definições objetivistas 77

C — Definições mistas ... 77
D — Nossa definição ... 77
E — Conceito de direito e de direito do trabalho ... 78
2. Disciplinas do curso ... 82
A — Critérios ... 82
B — Divisão deste curso ... 82
3. Apreciações gerais ... 83
A — Introdução ao direito do trabalho ... 83
B — Direito internacional do trabalho ... 83
C — Direito individual do trabalho ... 84
D — Direito sindical ou coletivo ... 84
E — Direito público do trabalho ... 84
F — Direito processual do trabalho ... 84
G — Direito de seguridade social ... 84
4. Organização do curso ... 85
5. Temas para pesquisa ... 85

Capítulo IV. Função do Direito do Trabalho

1. O sistema de valores do direito do trabalho ... 87
A — Função tutelar ... 87
B — Função conservadora ou opressora do Estado ... 87
C — Função econômica ... 88
D — Função social ... 88
E — Função coordenadora ... 88
2. Flexibilização do direito do trabalho ... 88
3. Direito alternativo ... 91
4. Humanismo do direito do trabalho ... 91
5. Tendências ... 92
6. A defesa do emprego ... 93
7. A crise econômica e os despedimentos ... 94
8. O direito do trabalho como direito das condições de trabalho ... 95
9. Temas para pesquisa ... 98

Capítulo V. Natureza do Direito do Trabalho

1. Teorias ... 100
A — Direito público ... 100

B — Direito privado 100
C — Direito social 101
D — Direito misto 101
E — Direito unitário 102
2. Direito do trabalho como direito privado 102
3. Temas para pesquisa 102

Capítulo VI. Ordenamento Jurídico

1. Conceito de ordenamento jurídico 104
2. Sistemas de relações de trabalho 105
A — Classificação 105
B — Concepções político-econômicas 105
C — Concepções jurídicas 105
D — O pluralismo do direito do trabalho 106
3. O Estado e as leis 106
A — Leis constitucionais 106
B — Proteção constitucional do trabalho 107
C — Trabalho como direito e como dever 108
D — Constituição e outras normas 108
E — Natureza normativa dos princípios constitucionais 108
F — Aplicação da Constituição 108
G — Princípios e normas da Constituição Federal de 1988 109
H — Leis ordinárias 110
I — Leis ordinárias comuns e especiais 111
J — Leis ordinárias dispositivas e proibitivas 112
K — Leis ordinárias subsidiárias 112
L — Poder Executivo e regulamentação das leis 112
4. Autonomia coletiva e negociações coletivas 113
A — Autonomia coletiva 113
B — Negociação coletiva 113
C — Contrato coletivo 114
D — Contrato coletivo substitutivo ou cumulativo 114
E — Convenção coletiva 114
F — Natureza normativa da convenção coletiva 115

G — Efeito cumulativo das convenções coletivas 115
H — Efeitos obrigacional e normativo da convenção coletiva 115
I — Acordo coletivo 115
J — Legitimação para acordo coletivo 116
K — Coexistência de acordo e de convenção coletiva 116
L — Pactos sociais 116
M — O poder sindical na formulação de normas trabalhistas 117
5. A empresa e o seu regulamento 119
A — Conceito de regulamento de empresa 119
B — Tipos de regulamentos de empresa 120
C — Características do direito brasileiro 120
6. Composição heterônoma dos conflitos e normas 121
A — Composição dos conflitos 121
B — Justiça do Trabalho 122
C — Jurisprudência 122
D — Poder normativo e sentenças normativas 122
E — Justiça Comum 123
F — Justiça Federal 124
G — Jurisprudência e lei 124
H — Técnicas de uniformização 125
I — Arbitragem e laudo arbitral 126
7. Usos e costumes 127
8. Perspectivas 129
9. Temas para pesquisa 129

Capítulo VII. Aplicação das Normas Jurídicas

1. Complexidade do ordenamento 131
A — Plurinormatividade 131
B — Unidade ou dualidade de ordenamentos 131
C — Coerência do ordenamento 131
2. Hierarquia 132
A — Escalonamento das normas 132
B — Princípio da norma favorável ao trabalhador 132

C — Derrogações ao princípio 133
3. Interpretação 134
A — O ato interpretativo 134
B — Teorias e técnicas do direito comum 134
C — Interpretação do direito do trabalho 135
D — Interpretação casuística 135
4. Integração das lacunas 136
A — Conceito 136
B — Analogia 136
C — Equidade 136
5. Eficácia da lei trabalhista 137
A — Aspectos 137
B — Eficácia no tempo 137
C — Irretroatividade 137
D — Efeito imediato 137
E — Eficácia no espaço 137
F — Princípio da territorialidade 137
G — Algumas leis 138
6. Temas para pesquisa 138

Capítulo VIII. Princípios do Direito do Trabalho

1. Noção de princípios jurídicos 140
A — Princípios como valores fundantes da ordem jurídica 140
B — Jusnaturalismo 141
C — Positivismo 141
D — Natureza jurídica dos princípios 141
E — A pessoa do trabalhador 141
F — Direitos de personalidade 142
G — Proibição de discriminação 143
H — Igualdade 144
I — Dignidade 145
J — Dano extrapatrimonial 146
K — Assédio moral 147
L — Assédio sexual 148

M — Meio ambiente do trabalho e a defesa da vida, saúde e integridade física do trabalhador 150
N — Proteção às pessoas com necessidades especiais 152
O — Proteção ao emprego 153
P — Proteção à remuneração 153
Q — Proteção ao descanso 153
R — Garantias coletivas 153
2. A lei trabalhista e a função dos princípios 154
A — A função integrativa dos princípios segundo a CLT 154
B — A função diretiva dos princípios 154
3. Princípios constitucionais do direito do trabalho 154
A — Princípios gerais do direito aplicáveis no direito do trabalho 154
B — Princípios específicos do direito do trabalho 156
4. A construção doutrinária 156
5. Temas para pesquisa 158

Capítulo IX. Âmbito de Aplicação

1. Âmbito pessoal 160
A — Empregados 161
B — Domésticos 161
C — Aprendizes 161
D — Trabalhadores em domicílio 161
E — Avulsos 161
F — Temporários 162
2. Trabalhadores excluídos 162
3. Teletrabalho 163
4. Âmbito material 164
5. O enquadramento do microempreendedor individual 165
6. Tendências 165
7. Temas para pesquisa 166

Segunda Parte
Internacionalização do Direito do Trabalho

Capítulo I. Organizações, Normas e Direito Privado

1. Organização Internacional do Trabalho — OIT 169

2. Tratados e convenções internacionais 169
A — Tratado 169
B — Convenção 170
C — Ratificação 170
D — Obrigatoriedade 170
3. Comunidades internacionais 170
A — União Europeia 170
B — Mercosul 172
4. Declarações internacionais 173
5. Direito internacional privado 174
6. Transformações 174
7. Temas para pesquisa 175

Terceira Parte
Direito Individual do Trabalho. Contrato de Trabalho

Capítulo I. Contratos de Trabalho e Relações de Trabalho
1. Conceito 179
2. Natureza jurídica 181
A — Teorias 181
B — Contratualismo 181
C — Anticontratualismo 181
D — Lei brasileira 182
E — Teoria da situação jurídica 182
F — Vínculo pessoal-obrigacional 183
3. Classificação 184
A — Forma 184
B — Prazo 185
C — Outros tipos 186
4. Diferença de outras figuras 186
A — Contratos de direito civil 186
B — Sociedade 187
C — Empreitada 187
D — Mandato 188

E — Prestação de serviços 189
F — Contrato de transporte 189
G — Contrato de agência ou distribuição 190
H — Representação comercial 190
I — Corretagem 190
J — Contrato de fornecimento 191
K — Administração 191
L — Cooperados 191
M — Arrendamento e parceria rural 193
5. Tendências 193
6. Temas para pesquisa 194

Capítulo II. Conceito de Empregado

1. Requisitos legais da definição de empregado 196
A — A lei 196
B — Pessoa física 196
C — Continuidade 196
D — Subordinação 196
E — Conceito de subordinação 197
F — Salário 198
G — Pessoalidade 199
H — Nossa definição 199
2. Diferença entre empregado e trabalhador autônomo 200
A — Importância da diferença 200
B — Elementos de diferenciação 200
3. Diferença entre empregado, trabalhador eventual e intermitente 201
A — Teorias 201
B — Teoria do evento 201
C — Teoria dos fins 201
D — Teoria da descontinuidade 201
E — Teoria da fixação 201
4. Diferença entre empregado e trabalhador avulso 203
A — Conceito de avulso 203
B — Direitos 204

C — Trabalho portuário 204
5. Diferença entre empregado e trabalhador temporário 205
A — Definição de temporário 205
B — Trabalho temporário e por prazo determinado 205
C — Temporário e eventual 206
D — Agências de colocação 206
E — Locação permanente 206
6. Diferença entre empregado e estagiário 206
7. Trabalho voluntário 208
8. Transformações 208
9. Temas para pesquisa 208

Capítulo III. Tipos Especiais de Empregado

1. Empregado doméstico 210
2. Empregado rural 214
3. Empregado em domicílio e teletrabalho 215
A — Conceito de empregado em domicílio 215
B — Conceito de teletrabalho 215
C — Elementos do teletrabalho 216
D — Natureza do teletrabalho 216
E — Forma do teletrabalho 216
F — Infraestrutura do teletrabalho 217
G — Saúde do trabalhador do teletrabalho 217
H — Jornada de trabalho do teletrabalho 217
I — Negociação coletiva do teletrabalho 217
4. Empregado aprendiz 218
5. O problema do diretor de sociedade 219
6. Empregado acionista 223
7. Empregado exercente de cargo de confiança 223
8. Mãe social 224
9. Novas figuras 224
10. A proteção do idoso 225
11. Temas para pesquisa 225

Capítulo IV. Trabalho da Mulher

1. Fundamentos da proteção especial 226

2. Capacidade para contratar trabalho 227
3. Igualdade salarial 227
4. Eliminação de proibições 227
5. Proteção à maternidade 228
6. Licença à mãe 229
7. Temas para pesquisa 231

Capítulo V. Trabalho do Menor

1. Fundamentos da proteção especial 232
2. A proteção legal ao menor no Brasil 233
3. Menor empregado 234
4. Menor aprendiz 235
5. Menor assistido 235
6. Primeiro emprego e Projovem 236
7. Tendências 237
8. Temas para pesquisa 238

Capítulo VI. Profissões com Normas Especiais

1. Enumeração 239
2. Órgãos profissionais de fiscalização 243
3. Apreciações gerais 244
4. Temas para pesquisa 244

Capítulo VII. Trabalho Rural

1. Natureza interdisciplinar do tema 245
2. Política agrícola, fundiária e reforma agrária 245
3. Política legislativa trabalhista 246
   A — Sistemas jurídicos 246
   B — Política legislativa no Brasil 246
   C — Fontes formais 246
4. Conceito de trabalho rural, trabalhador e empregador rural 247
   A — Trabalho rural 247
   B — Trabalhador rural 247
   C — Empregador rural 247

5. Direitos individuais do trabalhador rural 248
A — Direitos comuns aos do trabalhador urbano 248
B — Direitos específicos do trabalhador rural 249
6. Organização sindical rural 249
7. Principais questões jurídicas 250
A — Âmbito pessoal de aplicação da lei 250
B — Falsos contratos de direito civil 250
C — Prescrição 251
D — Contrato de safra 251
E — Mecanização da lavoura e desemprego 251
F — Tempo *in itinere* 251
G — Categorias diferenciadas 251
H — Chefe de família, mulher e filhos 251
I — Intermediação de mão de obra 252
J — Salário-utilidade 252
K — Cooperativa rural 252
L — Condomínio rural 252
M — Consórcio rural 253
8. Temas para pesquisa 253

Capítulo VIII. Conceito de Empregador

1. Definição da CLT 254
A — Empresa 254
B — Equiparações 255
2. Tipos de empregador 255
3. Responsabilidade do sócio e do administrador 256
4. Terceirização das atividades da empresa 257
5. Modificações 260
6. Temas para pesquisa 261

Capítulo IX. Grupo de Empresas

1. Conceito 262
2. Responsabilidade solidária 265

3. O problema do grupo de empresas como empregador único 265
A — Teorias da solidariedade ativa e passiva 265
B — Lei brasileira 265
4. Temas para pesquisa 266

Capítulo X. Poder de Direção do Empregador

1. Fundamentos e natureza 267
A — Fundamentos 267
B — Natureza 268
2. Poder de organização 268
A — Dimensões 268
B — Limitações 269
3. Poder de controle 269
4. Poder disciplinar 270
A — Teorias 270
B — Direito brasileiro 270
5. Temas para pesquisa 271

Capítulo XI. Sucessão de Empresas

1. Conceito 272
2. Fundamentos 272
3. Efeitos 273
4. Reformas 274
5. Temas para pesquisa 275

Capítulo XII. Alteração na Estrutura Jurídica da Empresa

1. Conceito 276
2. Efeitos 276
3. Temas para pesquisa 277

Quarta Parte
Formação e Desenvolvimento da Relação de Emprego

Capítulo I. Admissão de Empregado

1. Natureza e forma 281
A — Teoria subjetivista 281

B — Teoria objetivista 281
C — Ato-condição 281
D — Natureza contratual 282
E — Forma 282
F — Leis estrangeiras 282
2. Duração do contrato 283
3. Cabimento do contrato a prazo 284
A — Transitoriedade 284
B — Serviço transitório 284
C — Atividade empresarial transitória 284
D — Contrato de pessoal acima do número fixo 285
4. Contrato de trabalho intermitente 286
5. Contrato temporário 286
6. Contrato de experiência 288
A — Conceito 288
B — Natureza 288
7. Carteira de Trabalho e Previdência Social 289
A — Natureza 289
B — Obrigatoriedade 289
8. Registro 290
9. Problemas pré-contratuais 291
10. Capacidade do empregado e nulidade do contrato 291
A — Capacidade 291
B — Efeitos da incapacidade 292
11. Temas para pesquisa 292

Capítulo II. Alteração nas Condições de Trabalho

1. Conceito e tipos 294
2. Princípio legal da imodificabilidade 296
3. Princípio doutrinário do *jus variandi* 297
4. Temas para pesquisa 298

Capítulo III. Suspensão e Interrupção do Contrato

1. Conceito 299
   A — Diferença entre as duas figuras 299
   B — Desnecessidade da dupla denominação 299
2. Efeitos 300
   A — Dificuldade de enquadramento 300
   B — Enumeração de casos 300
3. Contratos a prazo 301
4. Dispensa do empregado 302
5. Hipóteses não previstas 302
6. Faltas ao serviço 303
7. Temas para pesquisa 304

Capítulo IV. Transferência de Empregado

1. Conceito legal de transferência 305
2. Transferências lícitas 306
   A — Regras gerais 306
   B — Empregados intransferíveis 306
   C — Sustação de transferência 306
   D — Transferência para outro país 306
3. Efeitos econômicos da transferência 307
4. Temas para pesquisa 308

Quinta Parte
Jornada, Repouso e Férias

Capítulo I. Jornada de Trabalho, Denominação do Tema. Fontes Formais

1. Denominação do tema 311
2. Fontes constitucionais 312
3. CLT e legislação esparsa 312
   A — Consolidação das Leis do Trabalho (1943) 312
   B — Legislação esparsa 313
4. Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho 313

5. Papel das convenções coletivas 314
6. Temas para pesquisa 315

Capítulo II. Origens da Regulamentação Legal da Jornada de Trabalho

1. As primeiras leis sobre limitação da jornada no direito estrangeiro 316
2. A conquista da jornada de 8 horas 316
    A — *Rerum Novarum* 316
    B — Tratado de Versalhes 317
3. A evolução das leis no Brasil 317
4. Normas internacionais sobre jornada de trabalho e horas extras 138
5. Fatores que influíram nas transformações da política de jornada de trabalho 319
6. Temas para pesquisa 324

Capítulo III. Conceito de Jornada de Trabalho

1. Teoria do tempo efetivamente trabalhado 325
2. Teoria do tempo à disposição do empregador 325
3. Teoria do tempo *in itinere* 325
4. Posição do direito brasileiro 326
5. Crítica das teorias 327
6. Natureza das normas sobre jornada de trabalho 328
    A — Natureza publicística 328
    B — Natureza privatística 328
    C — Natureza protecionista 328
    D — Normas complexas 328
7. O problema da renúncia 328
8. Ônus da prova 329
9. Comissionista 329
10. Temas para pesquisa 329

Capítulo IV. Classificação da Jornada de Trabalho

1. Quanto à duração 331
2. Quanto ao período 331
3. Quanto à condição pessoal do trabalhador 332

4. Quanto à profissão 332
5. Quanto à remuneração 332
6. Quanto à rigidez do horário 332
7. Sobreaviso e prontidão 333
8. Revezamento 333
9. Tempo parcial 334
10. Temas para pesquisa 335

Capítulo V. Horas Extraordinárias: Fundamentos da Limitação da Jornada, Conceito e Classificação

1. Fundamentos da limitação da jornada 337
2. Conceito de horas extraordinárias 337
3. Classificação das horas extraordinárias 338
4. Temas para pesquisa 338

Capítulo VI. Acordo de Prorrogação de Horas

1. Conceito 339
2. Forma 339
3. Cabimento 339
4. Duração 340
5. Distrato 340
6. Efeitos 341
7. Denúncia 343
8. Casos especiais 343
9. Recusa do cumprimento do acordo pelo empregado 344
10. Temas para pesquisa 344

Capítulo VII. Sistema de Compensação de Horas

1. Conceito 346
2. Natureza das horas compensadas 348
3. Forma 349
4. Outros aspectos 349
5. Temas para pesquisa 350

Capítulo VIII. Horas Extras nos Casos de Força Maior

1. Conceito de força maior 351

2. Disciplina legal 351
3. Temas para pesquisa 352

Capítulo IX. Horas Extras para Conclusão de Serviços Inadiáveis

1. Conceito de serviços inadiáveis 353
2. Disciplina legal 353
3. Temas para pesquisa 354

Capítulo X. Horas Extras para Reposição de Paralisações

1. Fundamento legal 355
2. Disciplina jurídica 355
3. Temas para pesquisa 356

Capítulo XI. Empregados Excluídos da Proteção Legal da Jornada de Trabalho

1. Fundamento da exclusão e apreciação dos casos 357
2. Temas para pesquisa 358

Capítulo XII. Horas Extras Ilícitas. Natureza do Adicional de Horas Extras. Adicionais Legais Mínimos. Redução da Jornada com Diminuição do Salário. Intervalos

1. Horas extras ilícitas 359
2. Natureza do adicional de horas extras 360
   A — Adicional salarial 360
   B — Adicional e gratificação 360
   C — Adicional e prêmio 360
3. Adicionais legais mínimos 361
4. Redução da jornada com diminuição do salário 361
5. Intervalos 361
6. Registro de horários 363
7. Temas para pesquisa 363

Capítulo XIII. Repouso Semanal Remunerado

1. Origens na história 365
2. Principais problemas jurídicos 367
3. Temas para pesquisa 368

Capítulo XIV. Férias

1. Origens na história 369

2. Princípios 370
3. Aquisição do direito 370
A — Período aquisitivo 370
B — Perda do direito 370
4. Duração 371
5. Concessão 371
A — Período concessivo 371
B — Fracionamento 371
C — Direito de coincidência 371
D — Designação 372
E — Comunicação 372
6. Remuneração 372
7. Abono de férias 372
8. Efeitos da extinção do contrato 373
A — Hipóteses 373
B — Férias vencidas 373
C — Férias proporcionais 373
9. Prescrição 375
10. Férias coletivas 375
A — Requisitos 375
B — Empregados com menos de 12 meses 375
11. Convenção n. 132 da OIT 375
12. Temas para pesquisa 377

Sexta Parte
Salário

Capítulo I. Conceito de Salário

1. A linguagem da lei 381
2. Posição da CLT 381
A — Indicação de componentes 381
B — Definição no direito estrangeiro 381
C — Contraprestatividade e disponibilidade 382
D — Nossa definição 382

3. Diferença entre salário e outras figuras 383
A — Figuras próximas 383
B — Indenização 383
C — Benefícios previdenciários 383
D — Complementações previdenciárias 383
E — Recolhimentos parafiscais 383
F — Direitos intelectuais 383
4. Natureza da participação nos lucros 384
A — Teorias 384
B — Desvinculação do salário 385
C — Origens 385
D — Principais questões 385
5. Temas para pesquisa 388

Capítulo II. Formas de Pagamento do Salário

1. Salário por tempo 389
2. Salário por produção 389
3. Salário por tarefa 390
4. Temas para pesquisa 390

Capítulo III. Meios de Pagamento do Salário

1. Pagamento em dinheiro 391
2. Pagamento em cheque ou depósito bancário 391
3. Pagamento em utilidades 391
A — Conceito e limites 391
B — Utilidade salarial e não salarial 392
C — Vale-refeição 393
D — Vale-transporte 394
E — Clube de lazer 394
F — Escola gratuita para os filhos do empregado 394
G — Seguros 394
H — Transporte gratuito para o trabalho 395
I — Complementação de aposentadoria paga por entidade privada 395
J — Automóvel fornecido ao empregado 395

K — Habitação 395
L — Cessão de moradia e infraestrutura a trabalhador rural 396
M — Valor da utilidade 396
4. Temas para pesquisa 396

Capítulo IV. Regras Gerais de Proteção ao Salário

1. Periodicidade do pagamento 397
A — Dia do pagamento 397
B — Mora salarial 397
C — Pagamento em audiência 397
2. Prova de pagamento 398
3. Inalterabilidade 398
4. Irredutibilidade 398
5. Controle dos descontos 398
6. Impenhorabilidade 400
7. Temas para pesquisa 400

Capítulo V. Valor do Salário

1. Estipulação do valor 401
2. Salário mínimo 401
A — Conceito 401
B — Tipos 402
C — Princípios constitucionais 402
D — Salário mínimo e renda mínima 402
3. Salário profissional 403
A — Conceito 403
B — Diferença de salário mínimo 403
4. Piso salarial, salário normativo e salário da função 403
A — Piso salarial 403
B — Salário normativo 403
C — Salário da função 404
5. Transformações da legislação brasileira 404
A — Livre negociação 404
B — Leis de política salarial 404
6. Temas para pesquisa 405

Capítulo VI. Formas Especiais de Salário

1. Abonos 406
2. Adicionais 406
   A — Conceito 406
   B — Tipos 406
   C — Adicional de horas extras 407
   D — Adicional noturno 407
   E — Adicional de insalubridade 407
   F — Adicional de periculosidade 408
   G — Adicional de transferência 408
3. Comissões 408
4. Gratificações 408
   A — Conceito 408
   B — Características do direito brasileiro 410
   C — Classificação 410
   D — Efeitos 411
5. Décimo terceiro salário 411
6. Gorjetas 412
7. Prêmios 412
   A — Conceito e fundamento 412
   B — Diferença de outras figuras 413
   C — Classificação 413
8. Temas para pesquisa 413

Capítulo VII. Equiparação Salarial

1. Princípio da igualdade salarial 415
2. Requisitos da CLT para o direito à equiparação 416
3. Efeitos do quadro de carreira 418
4. Temas para pesquisas 418

Sétima Parte
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

Capítulo I. Conceito e Normas Aplicáveis

1. Conceito 423

A — Antecedentes 423
B — Objetivo 423
2. Normas aplicáveis 425
3. Depósitos, saques e principais problemas jurídicos 426
A — Depósitos 426
B — Saques 426
C — Principais problemas jurídicos 428
4. Temas para pesquisa 430

Oitava Parte
Fim do Contrato de Trabalho

Capítulo I. Extinção do Contrato de Trabalho
1. Apreciações gerais 433
2. Formas 433
3. Temas para pesquisa 435

Capítulo II. Dispensa do Empregado
1. Fundamentos e natureza jurídica 436
2. Tipos de dispensa 438
3. Verificações prévias à dispensa 438
4. Efeitos econômicos 439
5. Reformulações 440
6. Temas para pesquisa 440

Capítulo III. Estabilidade
1. Conceito 441
A — Conceito econômico 441
B — Conceito jurídico 441
C — Estabilidade e garantia de emprego 442
2. Evolução das leis 442
3. Classificação 444
A — Estabilidade geral 444
B — Estabilidade especial 444
C — Dirigente e representante sindical 444

D — Representante na CIPA 444
E — Acidentado 444
F — Representante em órgão colegiado 445
G — Gestante 445
H — Membros das Comissões de Conciliação Prévia 445
4. Questões sobre estabilidade especial 445
5. Temas para pesquisa 446

Capítulo IV. Dispensa Arbitrária ou sem Justa Causa

1. Noções introdutórias 448
A — Continuidade da relação de emprego 448
B — Dispensa arbitrária e justa causa 449
C — Sistemas de justa causa 449
D — Estrutura da justa causa 450
E — Forma da dispensa 451
F — Sindicância 451
G — Local do ato 451
H — Prazo para despedir 451
I — Culpa recíproca 451
2. Figuras de justa causa 451
A — Improbidade 451
B — Incontinência de conduta 451
C — Mau procedimento 451
D — Negociação habitual 452
E — Condenação criminal sem *sursis* 452
F — Desídia 452
G — Embriaguez 452
H — Violação de segredo 453
I — Indisciplina 453
J — Insubordinação 453
K — Abandono de emprego 453
L — Ato lesivo à honra e boa fama 453
M — Ofensa física 454
N — Prática constante de jogos de azar 454
O — Outras justas causas 454

P — Perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão 454
3. Temas para pesquisa 454

Capítulo V. Outros Modos de Extinção do Contrato de Trabalho

1. Extinção por decisão do empregado 456
A — Formas 456
B — Demissão 456
C — Dispensa indireta 457
D — Aposentadoria espontânea 459
2. Extinção por iniciativa de ambos: acordo 460
3. Extinção por desaparecimento dos sujeitos 460
A — Morte do empregado 460
B — Morte do empregador 461
C — Extinção da empresa 461
4. Extinção dos contratos a prazo 461
A — Término do prazo 461
B — Rescisão antecipada 462
5. Homologação 462
A — Conceito 462
B — Prazos 463
C — Efeitos do descumprimento dos prazos 463
6. Quitação 463
7. Temas para pesquisa 464

Capítulo VI. Indenização de Dispensa do Empregado e Outras

1. Sistema legal 466
A — Da indenização ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço 466
B — Indenização segundo a duração do contrato 467
2. Contratos a prazo indeterminado 467
3. Contratos a prazo 468
4. Teorias que fundamentam a indenização 468
A — Teoria do abuso de direito 468

B — Teoria do crédito ... 468
C — Teoria do risco ... 469
5. Indenização adicional ... 469
6. Indenização por dano moral, dano material e dano estético ... 470
7. Temas para pesquisa ... 473

Capítulo VII. Aviso-Prévio

1. Conceito e natureza jurídica ... 475
A — Origens ... 475
B — Tríplice dimensão ... 475
2. Cabimento ... 475
3. Forma ... 476
4. Efeitos da concessão e não concessão ... 476
A — Integração no tempo de serviço ... 476
B — Efeitos da integração ... 477
C — Consequências da não concessão ... 477
D — Natureza do pagamento ... 477
E — Reconsideração ... 478
F — Redução da jornada ... 478
G — Irrenunciabilidade ... 478
5. Duração ... 478
6. Aviso-prévio proporcional ... 478
7. Conceito ... 479
8. Temas para pesquisa ... 479

Nona Parte
Coletivização do Direito do Trabalho

Capítulo I. Relações Coletivas de Trabalho

1. Relações de trabalho ... 483
A — Relações individuais e coletivas de trabalho ... 483
B — Sujeitos das relações coletivas ... 483
C — Coalizão ... 484

2. Reflexos jurídicos das relações coletivas de trabalho 484
A — Poder normativo dos grupos sociais 484
B — Interesse público e interesse coletivo 485
C — Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos 485
3. Temas para pesquisa 486

Capítulo II. Liberdade Sindical: a Convenção n. 87 da Organização Internacional do Trabalho e a Legislação Brasileira

1. Dimensões do tema 487
2. A Convenção n. 87 da OIT 487
A — Quatro garantias 487
B — Direito de fundação de sindicatos 487
C — Direito de administração de sindicatos 487
D — Direito de não intervenção do Estado 488
E — Direito de filiação 488
F — A legislação brasileira 488
3. Princípios sobre negociação coletiva 490
A — Poder de autorregulamentação 490
B — Funções da negociação coletiva 490
4. Princípios sobre greve 491
A — Greve como direito ou liberdade 491
B — Greve trabalhista e greve política 491
C — Teoria da liberdade 491
5. Fundamentos constitucionais do direito brasileiro 491
6. Observações 492
7. Temas para pesquisa 493

Capítulo III. Direito Sindical

1. Conceito 494
A — Direito sindical ou direito coletivo? 494
B — Acepções de direito sindical 494
2. História 496
A — *Trade unionism* (1720) 496
B — Direito de organização 496

C — Primeiros sindicatos no Brasil ... 496
3. Âmbito do direito sindical ... 497
4. O direito sindical nas Constituições ... 497
A — Tipos de Constituições ... 497
5. O direito sindical nas leis infraconstitucionais ... 498
6. Tendências ... 499
7. Temas para pesquisa ... 499

Capítulo IV. Organização Sindical

1. Introdução ... 500
2. Modelo sindical brasileiro ... 500
A — Transformações ... 500
B — Conceito de categoria ... 501
C — Conceito de categoria profissional diferenciada ... 501
D — Dissociação de categorias ... 502
E — Entidades de grau superior ... 502
F — Membros da categoria e sócios do sindicato ... 502
3. Liberdade de organização ... 502
4. Tendências ... 503
5. Temas para pesquisa ... 504

Capítulo V. Conceito e Natureza Jurídica do Sindicato

1. Conceito ... 505
A — Origem da palavra "sindicato" ... 505
B — Definição de sindicato ... 505
2. Natureza jurídica ... 505
A — Sindicatos de fato e de direito ... 505
B — Sindicato como pessoa jurídica de direito privado ... 506
C — Teorias contratual, institucional e mista ... 506
3. Temas para pesquisa ... 507

Capítulo VI. Criação, Administração e Dissolução de Sindicatos

1. Criação ... 508
A — Aquisição da personalidade jurídica ... 508

B — Registro 509
C — Ministério do Trabalho 509
2. Administração 511
A — Assembleia, conselho e diretoria 511
B — Eleições sindicais 511
C — Relações entre sindicato e Estado 512
D — Fontes de recursos financeiros 512
3. Dissolução 514
4. Mudanças 515
5. Tendências 515
6. Temas para pesquisa 515

Capítulo VII. Funções do Sindicato

1. Transformações 517
2. Apreciações gerais 518
3. Temas para pesquisa 518

Capítulo VIII. Entidades Sindicais de Grau Superior

1. Federações 519
2. Confederações 519
3. Centrais sindicais 520
4. Principais problemas jurídicos sobre centrais sindicais no Brasil 522
5. A legalização das centrais sindicais em 2008 524
6. Tendências 526
7. Temas para pesquisa 526

Capítulo IX. Representação dos Trabalhadores na Empresa

1. Origens 527
A — Representação sindical e não sindical 527
B — A OIT e a representação dos trabalhadores na empresa 527
C — Direito estrangeiro 528
D — Finalidades 529

E — Morfologia 529
F — Representação e participação 530
2. Direito brasileiro 530
A — Constituição de 1988 530
B — Representação geral e especial 531
C — O problema da estabilidade no emprego 531
D — Empresa e estabelecimento 531
E — Implicações 531
3. Tendências 532
4. Temas para pesquisa 532

Capítulo X. Conflitos Coletivos do Trabalho

1. Conceito e classificação 533
A — Conceito 533
B — Conflitos individuais e coletivos 533
C — Conflitos econômicos e jurídicos 534
2. Formas de composição 534
3. Temas para pesquisa 536

Capítulo XI. Negociação Coletiva

1. Negociação e direito do trabalho 537
2. Contrato individual de trabalho e negociação coletiva 538
3. Função da negociação coletiva 539
4. Etapas do procedimento de negociação 540
5. Níveis de negociação 541
6. Normas da Organização Internacional do Trabalho 542
7. Modelos jurídicos 543
8. A negociação e as Constituições 543
9. Outros aspectos jurídicos 543
10. Reforma trabalhista de 2017 e tendências 549
11. Temas para pesquisa 551

Capítulo XII. Instrumentos Normativos Negociados

1. Convenções e acordos coletivos 552
A — Convenções coletivas 552

B — Acordos coletivos 553
C — Problemas jurídicos 553
2. Efeitos das cláusulas dos instrumentos normativos 553
A — Efeito obrigacional 553
B — Efeito normativo 554
C — Incorporação das cláusulas no contrato individual 554
3. Contrato coletivo de trabalho 555
4. Tendências 555
5. Temas para pesquisa 556

Capítulo XIII. A Greve no Direito do Trabalho

1. Conceito 557
2. Greve e outros atos coletivos de conflito 557
A — Boicotagem 557
B — Sabotagem 557
C — Piquetes 558
D — Ocupação de estabelecimento 558
E — Braços cruzados 558
3. Natureza jurídica 558
A — Quanto ao direito positivo 558
B — Quanto aos efeitos sobre o contrato de trabalho 558
4. Fundamentos 559
5. Temas para pesquisa 559

Capítulo XIV. A Greve no Direito Brasileiro

1. Conceito legal de greve 560
A — Constituições de 1937 a 1988 560
B — Leis ordinárias 560
2. Procedimento de greve 561
A — Fase preparatória 561
B — Assembleia sindical 561
C — Aviso-prévio 561
3. Garantias dos grevistas 561
4. Manutenção dos equipamentos 562

5. Serviços essenciais 562
6. Abuso de direito 562
7. Locaute 563
8. Serviço público 563
9. Temas para pesquisa 563

Décima Parte
Ministério do Trabalho e Previdência Social

Capítulo I. Estrutura, Fiscalização e Atividades

1. Estrutura 567
2. Fiscalização 567
3. Atividades 569
4. Temas para pesquisa 570

Décima Primeira Parte
Direito Processual do Trabalho

Capítulo I. Solução Estatal dos Conflitos: Direito Processual do Trabalho

1. Sistemas de solução dos conflitos 573
2. Vantagens e desvantagens do sistema jurisdicional 573
3. Substituição da autodefesa pelo processo 574
4. Solução não estatal dos conflitos: Comissões de Conciliação Prévia 574
5. A mediação e a arbitragem 576
6. Temas para pesquisa 577

Capítulo II. Organização da Justiça do Trabalho

1. Características gerais 578
2. Órgãos 579
3. Jurisdição 580
4. Pessoal 580
5. Procuradoria 581
6. Modificações 581
7. Temas para pesquisa 582

Capítulo III. Competência da Justiça do Trabalho

1. Competência em razão da matéria 583
2. Competência territorial 584
3. Alterações 585
4. Temas para pesquisa 585

Capítulo IV. Dissídios Individuais

1. Conceito 586
2. Procedimento 587
   A — Postulação 587
   B — Audiência 588
3. Rito sumário 589
4. Procedimento sumariíssimo 590
5. Inquérito judicial para apuração de falta grave 590
6. Mudanças 591
7. Temas para pesquisa 591

Capítulo V. Dissídios Coletivos

1. Conceito 592
2. Competência 592
3. Procedimento 593
4. Sentenças normativas 593
5. O problema do poder normativo da Justiça do Trabalho 594
6. Temas para pesquisa 595

Capítulo VI. Execução

1. Conceito 596
2. Procedimento 596
   A — Títulos exequíveis 596
   B — Modalidades de execução 597
   C — Rito 597
   D — Penhora e avaliação 597
   E — Praça 597
   F — Liquidação da sentença 597
3. Temas para pesquisa 598

Capítulo VII. Recursos

1. Conceito 599

2. Modalidades 600

A — Recurso ordinário 600

B — Recurso de revista 600

C — Recurso extraordinário 600

D — Agravo de petição 601

E — Agravo de instrumento 601

F — Embargos para a SDI (Seção de Dissídios Individuais) e SDC (Seção de Dissídios Coletivos) 601

G — Embargos declaratórios 602

H — Agravo regimental 602

3. Outros meios de impugnação 602

A — Revisão do valor da causa 602

B — Correição parcial 603

4. Temas para pesquisa 603

Décima Segunda Parte
Responsabilidade Penal

Capítulo I. Fontes Formais, Código Penal e Outras Fontes

1. Fontes formais 607

2. Código Penal 608

3. Outras fontes 609

4. Temas para pesquisa 610

Décima Terceira Parte
Seguridade Social

Capítulo I. Evolução Histórica

1. História universal 613

2. História local 614

3. Temas para pesquisa 616

Capítulo II. Do Seguro Privado para o Seguro Social. A Assistência, a Previdência e a Seguridade Social

1. O seguro 617

2. Assistência e previdência 617
3. A concepção abrangente 618
4. Temas para pesquisa 619

Capítulo III. Seguridade como Princípio Social

1. Seguridade ou segurança? 620
2. Direito estrangeiro 620
3. Direito internacional 620
4. O princípio da segurança social 621
5. Temas para pesquisa 621

Capítulo IV. Características Gerais

1. Sistemas de financiamento dos benefícios 622
2. Plano de custeio 622
3. Sistemas de custeio 623
4. Contingências 623
5. Tipos de benefícios 623
6. Seguridade complementar 624
7. A Constituição brasileira de 1988 624
8. A reforma de 1998 624
9. Temas para pesquisa 625

Capítulo V. Custeio do Sistema

1. Fontes 626
2. Receita 626
3. Temas para pesquisa 627

Capítulo VI. Beneficiários da Previdência Social

1. Segurados 628
2. Dependentes 629
3. Temas para pesquisa 629

Capítulo VII. Benefícios da Previdência Social

1. Conceito 630
2. Classificação 630
3. Temas para pesquisa 631

Capítulo VIII. Acidentes do Trabalho: Caracterização e Responsabilidades

1. Conceito 632

2. Auxílio-acidente 634

3. Integração dos acidentes na previdência social 634

4. Indenização acidentária e indenização civil 635

5. Temas para pesquisa 636

Bibliografia 637

Abreviaturas e Siglas

Ac.	—	Acórdão
ADIn	—	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AI	—	Agravo de Instrumento
AP	—	Agravo de Petição
CAGED	—	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBO	—	Classificação Brasileira de Ocupações
CC	—	Código Civil
CCOO	—	Comissões Obreiras
CCQ	—	Círculo de Controle de Qualidade
CF	—	Constituição Federal
CFDT	—	*Confédération Française Démocratique des Travailleurs Chrétiens*
CGC	—	Cadastro Geral de Contribuintes
CGIL	—	*Confederazione Generale Italiana del Lavoratori*
CGT	—	*Confédération Générale du Travail;* Confederação Geral dos Trabalhadores; Comando Geral dos Trabalhadores; Central Geral dos Trabalhadores
CIPA	—	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CIST	—	*Confederazione Italiana Sindacati dei Lavoratori*
CLPS	—	Consolidação das Leis de Previdência Social
CLT	—	Consolidação das Leis do Trabalho
CNT	—	*Confederación Nacional de Trabajadores*
COB	—	Central Obreira Boliviana
CODEFAT	—	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CONCLAT	—	Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras
CONCLAT	—	Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora
CP	—	Código Penal
CROC	—	Confederação Revolucionária de Obreiros e Camponeses
CROM	—	Confederação Regional dos Obreiros Mexicanos
CRPS	—	Conselho de Recursos da Previdência Social
CTM	—	Confederação dos Trabalhadores no México
CUT	—	Central Única de Trabalhadores
DATAPREV	—	Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social
DC	—	Dissídio Coletivo

Decreto	—	Decreto
Decreto-lei	—	Decreto-lei
DGB	—	*Deutscher Gerverkschatts-Bund*
DIEESE	—	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DJU	—	Diário da Justiça da União
DRT	—	Delegacia Regional do Trabalho
EC	—	Emenda Constitucional
ELAS-SVT	—	Solidariedade dos Trabalhadores Bascos
En.	—	Enunciado
ENAMAT	—	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho
FAT	—	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS	—	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FLPS	—	Fundo de Liquidez da Previdência Social
FUNABEM	—	Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor
GM	—	Gabinete do Ministro
IAPAS	—	Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social
IAPB	—	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários
IAPC	—	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários
IAPETEC	—	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas
IAPI	—	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
IAPM	—	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos
INPS	—	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	—	Instituto Nacional do Seguro Social
INTG	—	Intersindical Galega
JRPS	—	Junta de Recursos da Previdência Social
JT	—	Justiça do Trabalho
LBA	—	Legião Brasileira de Assistência
LOSS	—	Lei Orgânica da Seguridade Social
MP	—	Medida Provisória
MTE MTPS	—	Ministério do Trabalho e Previdência Social
OAB	—	Ordem dos Advogados do Brasil
OGMO	—	Órgão Gestor de Mão de Obra
OIT	—	Organização Internacional do Trabalho
OJ	—	Orientação Jurisprudencial
PASEP	—	Programa de Assistência ao Servidor Público
PAT	—	Programa de Alimentação do Trabalhador
PBPS	—	Planos de Benefícios da Previdência Social
PIS	—	Programa de Integração Social
PIT	—	Plenário Internacional de Trabalhadores
POS	—	Portaria Ordem de Serviço
PUA	—	Pacto de Unidade de Ação
RAIS	—	Relação Anual de Informações Sociais
RBPS	—	Regulamento de Benefícios da Previdência Social
RO	—	Recurso Ordinário

RODC	—	Recurso Ordinário em Dissídio Coletivo
RR	—	Recurso de Revista
SBDI	—	Subseção Especializada em Dissídios Individuais
SDC	—	Seção de Dissídios Coletivos
SDI	—	Seção de Dissídios Individuais
SENAC	—	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	—	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINPAS	—	Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SOC	—	Solidariedade dos Operários Catalães
STF	—	Supremo Tribunal Federal
STJ	—	Superior Tribunal de Justiça
STST	—	Súmula do Tribunal Superior do Trabalho
TFR	—	Tribunal Federal de Recursos
TP	—	Tribunal Pleno
TRT	—	Tribunal Regional do Trabalho
TST	—	Tribunal Superior do Trabalho
TUC	—	*Trade Unions Congress*
UGT	—	União Geral dos Trabalhadores
UIL	—	*Unione Italiana dei Lavoratori*

Apresentação

Várias novidades foram incluídas nesta edição. A primeira delas é que o trabalho passará, doravante, a ser desenvolvido pela desembargadora e professora Sônia Mascaro Nascimento, filha do saudoso professor Amauri Mascaro Nascimento. A segunda é a inclusão de determinados temas fruto da reforma trabalhista aprovada pelo governo de 2017, como o dano extrapatrimonial, o trabalho doméstico de acordo com a nova legislação, as responsabilidades no acidente de trabalho e na doença ocupacional, a mediação e a arbitragem, as Convenções Internacionais da Organização Internacional do Trabalho e as Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho.

Nesta edição, foram feitas também as principais atualizações conforme a nova lei trabalhista e as modificações quanto aos temas sobre os valores das indenizações por danos morais, direitos de personalidade, novas formas de contratação de trabalhadores como o teletrabalho, empregado em domicílio, terceirização, contrato intermitente, proteção à maternidade, a reforma trabalhista em Jornada de Trabalho, teoria do tempo *in itinere,* sistema de compensação de horas, aspectos processuais, dentre outras. Também, há a distribuição dos temas em capítulos e itens, de modo a atender, da forma que julgamos a melhor possível, aos seus fins didáticos.

Reiteramos os nossos agradecimentos pela demonstração inequívoca da sua ampla aceitação há tantos anos nos meios universitários, sindicais e empresariais.

Inicialmente, esta obra foi concebida como simples manual para alunos de cursos nos quais é ministrada a disciplina de Direito do Trabalho. Com o decorrer do tempo, passou a ser consultada por profissionais especializados, nas empresas, nos sindicatos e não somente por estudantes, o que nos levou a ampliar os temas e a aprofundar as suas explicações, sem perda do sentido principal que nos orienta, ou seja, a análise didática do Direito do Trabalho e a sua sistematização jurídica, segundo uma linha de exposição que tenta acompanhar as transformações pelas quais as relações de trabalho passam no Brasil e no mundo.

As mais recentes mudanças introduzidas no Direito do Trabalho foram também explicadas, como o teletrabalho, a Lei Biagi da Itália, o Estatuto do Trabalho Autônomo da Espanha, de 2007, a reforma trabalhista de 2017 e os conceitos que se afirmam, cada vez mais, em nosso âmbito de conhecimento, e que não podem ser desconhecidos.

Agradecemos as sugestões enviadas à LTr Editora por professores e alunos das Faculdades de Direito, todas com o objetivo de aperfeiçoar cada vez mais a qualidade dos textos deste livro. São bem-vindas e ficamos gratos a todos que se ocuparam das mesmas.

Julho de 2017.

Os Autores

Primeira Parte

Suportes Históricos e Dogmáticos do Direito do Trabalho

Capítulo I

História Geral do Direito do Trabalho

1. Sociedade pré-industrial

A — ESCRAVIDÃO. Na sociedade pré-industrial, não há um sistema de normas jurídicas de direito do trabalho.

Predominou a escravidão, que fez do trabalhador simplesmente uma *coisa*, sem possibilidade sequer de se equiparar a sujeito de direito. O escravo não tinha, pela sua condição, direitos trabalhistas.

Não diferiu muito a servidão, uma vez que, embora recebendo certa proteção militar e política prestada pelo senhor feudal dono das terras, os trabalhadores também não tinham uma condição livre. Eram obrigados a trabalhar nas terras pertencentes aos seus senhores. Camponeses presos às glebas que cultivavam, pesava-lhes a obrigação de entregar parte da produção rural como preço pela fixação na terra e pela defesa que recebiam.

B — CORPORAÇÕES DE OFÍCIO. Com as corporações de ofício da Idade Média, as características das relações de trabalho ainda não permitiram a existência de uma ordem jurídica nos moldes com que mais tarde surgiria o direito do trabalho. Houve, no entanto, uma transformação: a maior liberdade do trabalhador. Nas corporações de artesãos, agrupavam-se todos os artesãos do mesmo ramo em uma localidade. Cada corporação tinha um estatuto com algumas normas disciplinando as relações de trabalho. Havia três categorias de membros das corporações: os mestres, os companheiros e os aprendizes.

Os mestres eram os proprietários de oficinas, que chegavam a essa condição depois de aprovados, segundo os regulamentos da corporação, na confecção de uma "obra mestra". Equivalem aos empregadores de hoje. Os companheiros eram trabalhadores livres que ganhavam salários dos mestres. Os aprendizes eram menores que recebiam dos mestres os ensinamentos metódicos de um ofício ou profissão. A clientela das oficinas eram os poucos habitantes de uma cidade e de seus arredores. As corporações mantinham com os trabalhadores uma relação de tipo

bastante autoritário e que se destinava mais à realização dos seus interesses do que à proteção dos trabalhadores.

C — LOCAÇÃO. Acrescente-se, ainda, na sociedade pré-industrial, outro tipo de relação de trabalho, a locação, desdobrando-se em dois tipos: a locação de serviços — *locatio operarum*, contrato pelo qual uma pessoa se obriga a prestar serviços durante certo tempo a outra mediante remuneração — e a locação de obra ou empreitada — *locatio operis faciendi*, que é o contrato pelo qual alguém se obriga a executar uma obra a outra pessoa mediante remuneração. A locação de serviços é apontada como precedente da relação de emprego moderna, objeto do direito do trabalho.

2. Sociedade industrial e trabalho assalariado

A — ASPECTOS ECONÔMICOS. O direito do trabalho nasce com a sociedade industrial e o trabalho assalariado.

As razões que determinaram o seu aparecimento são econômicas, políticas e jurídicas.

A principal causa econômica foi a Revolução Industrial do século XVIII, conjunto de transformações decorrentes da descoberta do vapor como fonte de energia e da sua aplicação nas fábricas e meios de transportes. Com a expansão da indústria e do comércio, houve a substituição do trabalho escravo, servil e corporativo pelo trabalho assalariado em larga escala, do mesmo modo que a manufatura cedeu lugar à fábrica e, mais tarde, à linha de produção.

A interconexão entre economia e o direito do trabalho vai se ampliando cada vez mais, na medida em que as leis trabalhistas, que buscam, mas nem sempre proporcionam, o aumento dos direitos dos trabalhadores, surgem para atenuar os efeitos de um capitalismo selvagem, que visa tão somente o crescimento dos lucros empresariais. Inspirando o Direito do Trabalho estão, dentre outras, as ideias inafastáveis de proteção do sujeito mais fraco na relação de trabalho, o princípio da razoabilidade, a necessidade de garantias legais e a existência dos contratos coletivos de trabalho.

Medidas positivas de ordem econômica podem dar uma grande contribuição para a melhoria da condição do trabalhador, como ocorreu no Brasil com a indexação automática dos salários — em princípio, prestigiada pela maioria dos sindicatos e que elevou a inflação corroendo o poder aquisitivo dos salários — e o Plano Real — que estabilizou a economia e elevou o poder aquisitivo dos salários mais do que qualquer lei trabalhista.

B — ASPECTOS POLÍTICOS. Dentre os aspectos políticos, o mais importante foi a transformação do Estado Liberal e da plena liberdade contratual em Estado Intervencionista. Naquele, o capitalista podia impor livremente, sem interferência do Estado, as suas condições ao trabalhador. Neste, o Estado intervém na ordem econômica e social, limitando a liberdade plena das partes da relação de trabalho. Formas de intervenção foram o corporativismo e o socialismo, caracterizando-se por uma presença fortemente autoritária do Estado, que transfere a ordem trabalhista para a esfera das relações de natureza pública, diversamente do neoliberalismo, que, embora restritivo da liberdade contratual, mantém as relações de trabalho no âmbito das relações de direito privado.